

F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O

Regiane Bressan
Marcos Caramuru
Filipe Figueiredo
Marsílea Gombata
Feliciano de Sá Guimarães
Maria Elena Rodriguez

Organização:

Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz



Cadernos Vale a
Pena Perguntar:
América Latina entre
China e Estados Unidos

VOL. 4 | Nº 1
2026

Organização e Edição:

Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz

Projeto gráfico:

Lisia Lemes - Lilemes Comunicação

Diagramação:

Bruno Ortega - BRO® studio

Fotos:

Fábio Furtado e Pedro Balmant

Copyright © Fundação FHC 2026

Alice Noujaim, Beatriz Kipnis e Isabel Penz

Cadernos Vale a Pena Perguntar:**América Latina entre China e Estados Unidos**

Cadernos Vale a Pena Perguntar: América Latina entre China e Estados Unidos [recurso eletrônico] / organizadoras, Alice Noujaim, Beatriz Kipnis, Isabel Penz – São Paulo : Fundação Fernando Henrique Cardoso, 2026.

31 p. ; 28 cm. – (Caderno Vale a Pena Perguntar ; v. 7)

Entrevistados: Regiane Bressan, Marcos Caramuru, Filipe Figueiredo, Marsílea Gombata, Feliciano de Sá Guimarães, Maria Elena Rodriguez.

Disponível em: <https://fundacaofhc.org.br/colecao/cadernos-do-vale-a-pena-perguntar>.

ISBN 978-65-87503-73-8

1. Relações Internacionais. 2. Integração Regional. 3. Mercosul. 4. América Latina. 5. Brasil. 6. China. 7. Estados Unidos. I. Noujaim, Alice. II. Kipnis, Beatriz. III. Penz, Isabel.

Andréia Gonçalves Silva – CRB-8/6952

As entrevistas foram editadas para melhor compreensão e concisão.

As opiniões dos entrevistados não refletem necessariamente a opinião da Fundação FHC.

Este trabalho pode ser reproduzido gratuitamente, sem fins comerciais, em sua totalidade ou em parte, sob a condição de que sejam devidamente indicados a publicação de origem e seu autor.



Apresentação

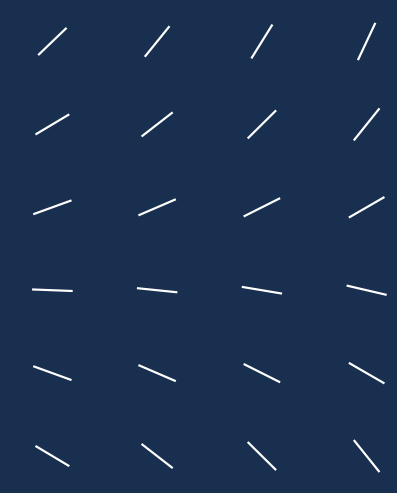


Atravessamos um período de incertezas na esfera global. O declínio dos Estados Unidos e a ascensão do poder chinês geram instabilidades que se fazem sentir em todo o mundo. As duas potências disputam espaço no tabuleiro global, e a América Latina ganha centralidade como grande exportadora de commodities e detentora de terras raras e minérios essenciais tanto para o avanço da inteligência artificial quanto para a transição energética.

Os Estados Unidos perceberam a presença cada vez maior da China na região — que deixou de ser foco da potência do norte nos anos da guerra ao terror — e elevaram a pressão, com o uso de instrumentos de intimidação. Embora seja tentador comparar o cenário atual ao da Guerra Fria, ele apresenta características significativamente distintas, marcadas por uma disputa mais ampla em um mundo com múltiplas potências médias e muito mais integrado e interdependente. Cada vez mais pressionada pelas duas potências, como a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, irão atuar nesse novo contexto internacional?

Neste caderno, reunimos análises de seis especialistas, entrevistados entre fevereiro e março de 2026, que contribuem para a compreensão da conjuntura atual e dos limites da integração da região latino-americana no contexto de rivalidade entre China e Estados Unidos.

Regiane Bressan (professora de Relações Internacionais na UNIFESP) analisa os limites e as possibilidades da integração latino-americana e o papel do Brasil nesse processo. **Marcos Caramuru** (embaixador do Brasil na China entre 2016–2018) examina a crescente relevância da China na América Latina, bem como a disputa estratégica com os Estados Unidos. **Filipe Figueiredo** (historiador e criador do podcast de política internacional Xadrez Verbal) discute o retorno da lógica de zonas de influência e a fragmentação regional. **Marsílea Gombata** (professora de Relações Internacionais na FAAP) investiga as relações entre política externa e política doméstica e os riscos para a democracia da América Latina no contexto da rivalidade sino-americana. **Feliciano de Sá Guimarães** (professor de Relações Internacionais na USP) avalia a importância e o



momento atual do Mercosul e o papel do Brasil como potência regional. **Maria Elena Rodriguez** (professora de Relações Internacionais da PUC-Rio) analisa como a presença chinesa é mobilizada nas disputas eleitorais internas e as pressões para o alinhamento — ou não — com Estados Unidos ou China.

O leitor pode optar por ler as entrevistas completas, uma por uma, mergulhando nas visões e análises de cada especialista. Como alternativa, pode usar o índice para encontrar e acessar diretamente as perguntas que mais despertem seu interesse e curiosidade.

Boa leitura!

Sergio Fausto

Diretor da Fundação FHC

Beatriz Kipnis

Gerente de Estudos e Debates

Alice Noujaim e Isabel Penz

Equipe de Estudos e Debates

O Projeto Vale a Pena Perguntar aproxima especialistas do público amplo, especialmente estudantes e professores, para discutir questões essenciais para o futuro da democracia. Lançado em 2022 como uma série de minidocumentários no YouTube, em 2023 passou a ser acompanhado de uma publicação que compila mais perguntas e respostas que acreditamos valer a pena compartilhar.



Índice com perguntas

6 Regiane Bressan

- 6 Como se estrutura a integração regional da América Latina? Em que medida ela é capaz de produzir efeitos relevantes?
- 7 Qual é o papel dos parlamentos na integração regional?
- 8 Em que medida a atuação do Brasil tem contribuído para o avanço da integração regional?
- 8 Por que a América Latina enfrenta dificuldades para construir uma agenda regional coordenada?

10 Marcos Caramuru

- 10 Quando a relação com a China começa a ganhar relevância na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular? Como a presença chinesa se difere da americana?
- 11 O que está em jogo na adesão dos países da região à Nova Rota da Seda?
- 11 Por que a América Latina se tornou um território estratégico na disputa entre Estados Unidos e China?
- 12 Com o avanço da extrema direita nos Estados Unidos, a China está mudando sua estratégia em relação à América Latina?

13 Filipe Figueiredo

- 13 Como a integração regional latino-americana se desenvolveu historicamente?
- 14 Como o conceito de zonas de influência evoluiu até o século 21?
- 15 A fragmentação regional enfraquece a capacidade da região de negociar com as grandes potências?

17 Marsílea Gombata

- 17 Qual é a importância do Brasil no Cone Sul da América Latina? E em relação à crise da Venezuela?
- 18 De que forma a relação entre Estados Unidos e América Latina se materializou ao longo da história?
- 19 Qual é a estratégia do Brasil diante da crescente disputa entre Estados Unidos e China na América Latina?
- 20 O que está em jogo para a democracia da região?

21 Feliciano de Sá Guimarães

- 21 Qual é a importância do Mercosul para a integração regional? Qual é o seu momento atual?
- 22 O Brasil é ou deseja ser uma potência regional? O que isso significa?
- 23 A América Latina voltou a ganhar centralidade estratégica para os Estados Unidos? Por que?
- 24 O mundo de hoje é multipolar? Como o Brasil tem se posicionado diante da nova conjuntura geopolítica?

26 Maria Elena Rodriguez

- 26 De que maneira os ciclos eleitorais impactam as relações dos países latino-americanos com a China?
- 27 A relação dos países da América Latina com a China cria novas formas de dependência ou amplia a autonomia estratégica da região?
- 28 A região é obrigada a escolher entre Estados Unidos e China? Que pressões ou salvaguardas existem nesse sentido?



REGIANE BRESSAN

Professora Associada da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). Atual presidente do Fórum Universitário do Mercosul (FOMERCO) e pesquisadora do Observatório de Regionalismo (ODR). Doutora e Mestre em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (PROLAM-USP).

Como se estrutura a integração regional da América Latina? Em que medida ela é capaz de produzir efeitos relevantes?

Entre as décadas de 1950 e 1980, a região foi marcada pelo regionalismo fechado, focado na substituição de importações conforme proposto pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal)¹. Naquele momento, a orientação era de que os países deveriam se industrializar tanto para reduzir as importações de produtos industrializados quanto para se desenvolverem. No entanto, essa premissa trouxe regras tarifárias que, muitas vezes, impediram os países de comercializarem entre si. Durante esse período, surgiram algumas organizações regionais, como a Associação Latino-Americana de Livre

1. Uma das 5 comissões regionais da ONU, criada em 1948 para contribuir ao desenvolvimento econômico e social da América Latina.

Comércio (ALALC)², ou mesmo o Pacto Andino³, mas elas tiveram dificuldade de avançar de forma efetiva. Entre os fatores que contribuíram para esse cenário estão os regimes autoritários e a crise econômica dos anos 1980.



No regionalismo líquido, as instituições não são capazes de resolver os problemas da região.



2. Criada em 1960 para estabelecer uma área de livre-comércio na América Latina. Os membros iniciais eram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru, e Uruguai. Em 1980 a ALALC tornou-se a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio (ALADI), agregando também os países Bolívia, Colômbia, Cuba, Equador, Panamá e Venezuela.

3. Criado em 1969 como Comunidade Andina, trata-se de uma união aduaneira e econômica cujos membros atuais são Colômbia, Peru, Equador e Bolívia.

Os anos 1990, por sua vez, foram caracterizados pelo regionalismo aberto, quando a América Latina foi palco de políticas neoliberais e os países se integraram para conseguir projeção internacional na economia globalizada. Naquele momento, surgiram diversos projetos de integração, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul)⁴, o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA)⁵, a Comunidade Andina e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)⁶.

A virada do século ficou associada à chamada “Onda Rosa”, em que emergiram governos progressistas ligados a uma esquerda moderada. Nesse momento, surgiram iniciativas que buscavam uma integração voltada ao combate da desigualdade e da pobreza, combinada a uma agenda desenvolvimentista ligada à infraestrutura.

No entanto, em 2012, observa-se o início de um novo ciclo, associado aos governos de direita. A partir desse momento, passam a surgir propostas extremamente voláteis. Estamos denominando esse novo momento como regionalismo líquido⁷, em referência ao conceito de modernidade líquida de Bauman⁸.

No regionalismo líquido, as instituições não são capazes de resolver os problemas da região, pois são criadas por um desejo imediato dos governos de tratarem de demandas do momento, muitas vezes ligadas às suas ideologias. Exemplos desse processo incluem o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do

Sul (PROSUL)⁹ e o Grupo de Lima¹⁰. Do ponto de vista institucional, essas organizações não possuem estrutura ou regras. À medida que os novos governos são eleitos, tais instituições vão deixando de existir, ou seja, não se solidificam e, assim, não conseguem responder às vicissitudes da América Latina. A integração regional, portanto, enfrenta um momento de retração e vulnerabilidade, no qual as instituições regionais não parecem capazes de resolver os problemas comuns.

Qual é o papel dos parlamentos na integração regional?

A integração regional na América Latina acontece sempre por meio do poder Executivo, ou seja, são os presidentes dos países que conduzem esse processo. Diferentemente da União Europeia, nossas instituições regionais possuem pouca autonomia. Desde os anos 1960, observou-se a necessidade de criar instâncias democráticas parlamentares no âmbito da própria integração regional. O Parlatino, primeiro parlamento latino-americano, foi criado em 1964. Em seguida, foram criados o Parlamento Andino, em 1979, e o Parlamento do Mercosul, o Parlasul, em 2005.

Todos são instâncias democráticas de integração. Contudo, são instâncias consultivas, não têm poder deliberativo. Como consequência, embora sejam antigos, esses parlamentos são pouco reconhecidos pela sociedade latino-americana, inclusive pelos partidos políticos. Observa-se pouca adesão e interesse dos partidos políticos em participar ou enviar os seus parlamentares para essas instâncias. Há, portanto, uma grande lacuna entre a existência dessas organizações e a sua efetividade e representatividade democrática.

4. Criado em 1991, é uma organização intergovernamental de integração regional cujos membros-pletos atuais são Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, tendo Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Panamá como membros-associados.

5. O North American Free Trade Agreement (Acordo Norte-Americano de Livre Comércio) vigorou entre 1994 e 2019. Seus membros eram Estados Unidos, Canadá e México.

6. Uma proposta de 1994 do governo estadunidense que não se concretizou.

7. PASQUARIELLO MARIANO, Karina L.; BRESSAN, Regiane Nitsch; LUCIANO, Bruno Theodoro. Liquid regionalism in the Americas: an analysis of contemporary regional developments. Cham: Springer, 2025.

8. BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

9. Criado em 2019 em contraposição à Unasul. Os membros atuais são Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru e Suriname.

10. Grupo formado em 2017 com o objetivo de contribuir para uma transição pacífica para a democracia na Venezuela. Os membros atuais são Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia.

No contexto atual, é interessante notar como a China exerce influência em termos políticos e diplomáticos nessas instâncias. Quando o Parlatino saiu do Memorial da América Latina na cidade de São Paulo e migrou para a cidade do Panamá, houve um grande aporte de recursos chineses para a construção da nova sede. Esse prédio possui homenagens ao país asiático, com salas repletas de tapeçaria chinesa, uma biblioteca de livros chineses e estagiários do país que trabalham voluntariamente no parlamento. Assim, a China consegue acompanhar as principais discussões da América Latina cotidianamente e antever informações para exercer influência.

Em que medida a atuação do Brasil tem contribuído para o avanço da integração regional?

Ao longo do atual governo brasileiro, observa-se o desejo de novamente posicionar o Brasil como líder regional. Quando Lula assumiu seu terceiro mandato, suas primeiras viagens oficiais foram à Argentina e ao Uruguai, o que demonstra a prioridade da América Latina na política externa do governo. Na sequência, o presidente viajou para países como Japão e China em busca de novas parcerias e mercados para o Brasil e para toda a América Latina como um todo.

Ainda em 2023, ocorreu o Consenso de Brasília, quando, após 19 anos, o governo brasileiro conseguiu reunir praticamente todos os presidentes da América do Sul na capital brasileira. No entanto, a ocasião evidenciou o desafio que o Brasil teria em novamente liderar uma integração — ou mesmo um diálogo comum — na região, como já havia acontecido no começo do século com a União de Nações Sul-Americanas (Unasul)¹¹.

A partir de então, observou-se o acirramento das relações, não apenas entre Brasil e Venezuela, mas entre a América do Sul e a Venezuela. Na ocasião do Consenso de Brasília,

11. Organização intergovernamental de integração regional política, social, econômica e cultural criada em 2008 com todos os 12 países sul-americanos. Os membros atuais são Bolívia, Brasil (que saiu em 2019 e retornou em 2023), Venezuela, Guiana e Suriname.

alguns países como Chile e Uruguai já haviam se posicionado contra a presença de Nicolás Maduro. Nas eleições venezuelanas de julho de 2024, houve uma especulação em relação à estabilidade democrática do país. A Venezuela vem descumprindo, há bastante tempo, as regras do jogo democrático. O governo brasileiro pressionou o governo venezuelano para que apresentasse as atas de eleição, no entanto, não alcançou um consenso.

Nesse contexto, o Brasil passou a estar em uma posição difícil. Por ser um país fronteiro com a Venezuela, sofre com todos os problemas advindos dessa fronteira, como aqueles ligados ao meio ambiente, comércio, narcotráfico, saúde e migração. No entanto, a ausência de canais de diálogo dificulta a ação do país. O Brasil tentou, ao longo desse governo, manter as portas minimamente abertas para a possibilidade de diálogo e influência. Afinal, ao isolar um país na região, perdem-se as condições de conversar, negociar e interferir.

Por que a América Latina enfrenta dificuldades para construir uma agenda regional coordenada?

A despeito de nossa região compartilhar uma série de problemas, ela vive uma fragmentação. Primeiro, há muita dificuldade dos países se reunirem e se interessarem por resolver esses problemas em conjunto. Segundo, a política externa da região é descoordenada. Enquanto alguns países, como o Brasil, defendem o multilateralismo e fazem parcerias com países mundo afora, outros países, como a Argentina — ainda que faça parte do Mercosul e avance para o acordo com a União Europeia — focaliza a sua atuação nas relações com Europa e Estados Unidos. Essa divergência de prioridades na política externa contribui para fragmentar a agenda dos países.

Além disso, há questões de prioridade em relação à própria região. O Chile, por exemplo, historicamente nunca priorizou a sua relação com a América Latina. Possivelmente, essa posição pode ser explicada por não fazer fronteira com a maioria dos países, diferentemente do Brasil.

//

**Cada país da região,
no seu desenvolvimento
econômico e
trajetória histórica,
não necessariamente
priorizou a
América Latina.**

//

Desse modo, o Chile sempre optou por uma relação muito mais próxima e bilateral com os EUA. Depois, por exemplo, optou por ingressar na Aliança do Pacífico para se projetar dentro das cadeias globais de valor com a Ásia. Em contraste, o Chile nunca priorizou relações mais próximas com o Peru, com o qual compartilha fronteira. Já a Bolívia é um país economicamente menos favorecido do que outros da região e depende de relações prósperas com seus vizinhos para, por exemplo, ter acesso ao mar.

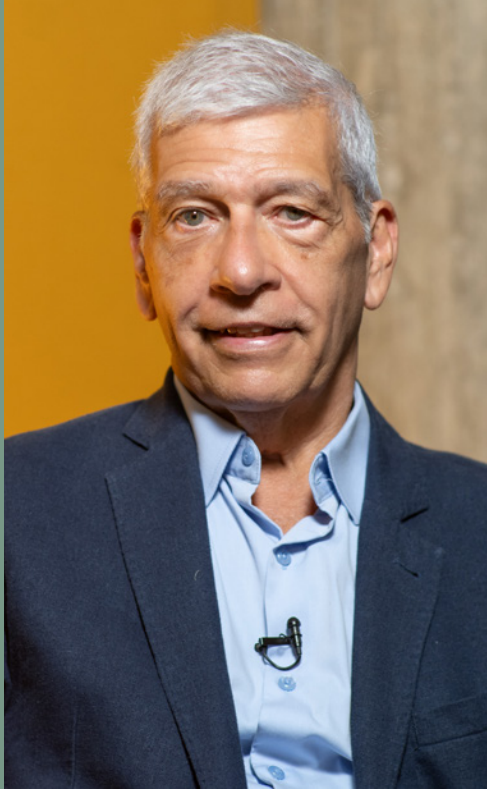
Cada país da região, no seu desenvolvimento econômico e trajetória histórica, não necessariamente priorizou a América Latina. E, em momentos de crise, não só econômicas, mas sanitárias, como na pandemia de Covid-19, observou-se a dificuldade de construção de soluções conjuntas. Equador e Bolívia foram os países das Américas com maior taxa de mortalidade com a Covid-19 — viveram uma tragédia ao longo da pandemia. A Comunidade Andina não lidou com esse problema. Além disso, os países latino-americanos não conseguiram integrar minimamente suas cadeias produtivas para conseguir se inserir economicamente, a exemplo dos Tigres Asiáticos nos anos 1990.

Finalmente, trata-se de uma região grande, com pouca conexão terrestre. Para o Brasil exportar para países como a Colômbia, o fluxo se dá pelo canal do Panamá e não por via terrestre. Esse desafio tem impulsionado o governo brasileiro a pensar em rotas de integração latino-americana,

como a RILA¹². Ainda assim, há um longo caminho pela frente para superar essa fragmentação e se pensar em uma América Latina integrada, capaz de atuar em conjunto pela sua autonomia, desenvolvimento e soberania.

12. A RILA (Rota de Integração Latino-Americana), também chamada de Corredor Bioceânico, é um projeto de infraestrutura logística e geopolítica que visa conectar o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico, atravessando o coração do continente sul-americano (envolvendo Brasil, Paraguai, Argentina e Chile).





MARCOS CARAMURU

Diplomata de carreira, foi embaixador do Brasil na China (2016–18) e na Malásia, e Cônsul Geral em Shanghai. Atuou como secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, foi diretor executivo do Banco Mundial e presidente do COAF. É licenciado pelo Instituto Rio Branco (IRBr) e formado em Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Quando a relação com a China começa a ganhar relevância na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular? Como a presença chinesa se difere da americana?

A economia chinesa passou a ter importância mundial após a crise financeira de 2008. Até então, a China não era um grande país exportador de bens e serviços e muito menos de capital. A partir da crise, a China se tornou o primeiro parceiro comercial de mais de 140 países, inclusive dos latino-americanos.

A China é governada por um partido comunista que, naturalmente, cultiva relações estreitas com países cujos governos se posicionam no espectro político da esquerda. No caso do Brasil, com o longo período do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo, a China consolidou uma relação fluida com as lideranças políticas brasileiras, ao mesmo tempo que se tornou um relevante parceiro comercial e de investimentos.

O estoque de investimentos diretos da China no Brasil está em torno de US\$ 77,5 bilhões, enquanto o dos Estados Unidos está na casa

dos US\$ 258 bilhões¹³. Ainda que a China esteja aquém dos EUA, observa-se um crescimento consistente do fluxo de investimentos. A presença chinesa está se tornando cada vez mais visível no país e inclui as empresas de infraestrutura, os automóveis, os serviços de entrega chineses, etc.



A partir da crise, a China se tornou o primeiro parceiro comercial de mais de 140 países, inclusive dos latino-americanos.



13. BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Investimento Direto. nov., 2025. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioid> Acesso em: 07 abr. 2026.;

CARIELLO, Tulio. Investimentos chineses no Brasil 2024. Conselho Empresarial Brasil-China. set., 2025. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2025/09/04/brasil-foi-a-economia-emergente-que-mais-recebeu-investimentos-chineses-em-2024/>. Acesso em: 07 abr. 2026.

Uma diferença essencial entre a presença norte-americana e chinesa no Brasil está no segmento financeiro. O Brasil mantém uma relação financeira sólida e longa com instituições financeiras americanas. A presença chinesa no mercado financeiro brasileiro é reduzida. Há explicação: a China tem uma conta de capital fechada e não tem tradição de presença em mercados financeiros externos. Isso poderá se alterar ao longo do tempo, mas, até o momento, a força da presença chinesa está no comércio e nos investimentos diretos.

O que está em jogo na adesão dos países da região à Nova Rota da Seda?

Um bom número de países aderiu à Nova Rota da Seda, também chamada de Iniciativa Cinturão e Rota, inclusive a maioria dos latino-americanos. Outros, como o Brasil, optaram por não aderir. O que está em jogo na iniciativa é ampliar o volume de investimentos chineses em infraestrutura e estabelecer um diálogo mais intenso e alinhado a visões chinesas. É um projeto de longo prazo que poderá abarcar, em algum momento futuro, inclusive a integração de políticas econômicas.

A geografia da Rota da Seda originalmente era restrita. Incluía os países da Ásia Central e da Europa do Leste. Depois, a iniciativa expandiu-se. Foi ampliada para o Norte da África e, em seguida, para os demais países do mundo.

A Rota da Seda não tem uma estrutura multilateral nos moldes tradicionais. Há um líder, a China, até porque trata-se de ampliar investimentos externos chineses no exterior.

O Brasil tem atraído abundantes investimentos chineses em infraestrutura sem qualquer vinculação com nossa adesão à Rota da Seda. Outro ponto: na maioria dos demais países, os investimentos chineses em infraestrutura são estruturados como um empréstimo ao país receptor. O caso do Brasil é diferente. Em função da Lei 8666/1993, os investimentos não governamentais em infraestrutura são objeto de licitação pública. As empresas chinesas participam dos processos licitatórios, são vencedoras em muitos casos e assumem o risco dos projetos em que se envolvem.

Creio que um dos óbices à adesão brasileira à Iniciativa Cinturão e Rota está relacionada à nossa dificuldade em entrar em esforços internacionais que envolvam uma liderança dominante. Além disso, não precisamos da adesão para atrair empresas chinesas. Mas isso não quer dizer que não possamos buscar sinergias com a Iniciativa, como parece ser o propósito do governo brasileiro atual.

Por que a América Latina se tornou um território estratégico na disputa entre Estados Unidos e China?

O ponto de partida do interesse chinês na América Latina foi a disponibilidade na região de produtos que são estratégicos para a sobrevivência chinesa. Veja o caso do Brasil, por exemplo. Exportamos grãos, minério de ferro e óleo, três itens essenciais. Além disso, exportamos celulose e itens vinculados à segurança alimentar, como proteínas e outros produtos agrícolas. Com o tempo, as empresas chinesas foram criando vínculos na América Latina e passaram a explorar novas oportunidades, como os investimentos em infraestrutura, no setor industrial e, mais recentemente, no segmento de serviços.

A aproximação entre a China e a América Latina deu-se em um longo período em que o interesse norte-americano pela região foi reduzido.

Contudo, a partir do Governo Trump, — mesmo antes, com Biden — os EUA deram-se conta de haver perdido espaço na região, tanto em termos econômicos quanto no tratamento de temas que podem estar relacionados à segurança nacional americana. Essa avaliação está contida no capítulo sobre a América Latina na recente Estratégia de Segurança dos EUA. O documento deixa claro que os EUA querem recuperar o espaço perdido. Isso envolve prioritariamente os países com governos que se identificam com a linha política do trumpismo, sem deixar de lado países com governos em linha ideológica diversa.

O novo interesse americano na região está relacionado à relevância das terras raras e de minerais críticos para a economia moderna.

Um outro ponto relevante no interesse pela região está ligado ao desenvolvimento da Inteligência Artificial. Tanto a China como os Estados Unidos possuem planos nacionais relacionados à inteligência artificial. O plano americano, lançado no final de 2025, afirma que o país foi líder no desenvolvimento da tecnologia e quer engajar os países aliados tradicionais nos seus programas, padrões e estratégias. Ao lado disso, o documento americano reconhece a necessidade de desenvolver modelos abertos de IA (como são os modelos chineses) e de avançar na aplicação desses modelos. Os EUA sabem que a China possui uma vantagem comparativa na aplicação de novas tecnologias. Pelo número de suas empresas, pela sua população e por uma tendência cultural. Os chineses nem sempre são tão criativos como os americanos na geração de novas tecnologias, mas são extremamente competentes na aplicação.

A China está propondo a criação de um órgão internacional para tratar de inteligência artificial. No contexto mais geral da estratégia chinesa para a América Latina, o foco é a continuidade dos investimentos em infraestrutura e em capacidade produtiva.

Com o avanço da extrema direita nos Estados Unidos, a China está mudando sua estratégia em relação à América Latina?

Aparentemente, não. A China buscará conviver com governos de esquerda e de direita desde que eles estejam abertos ao convívio e não adotem uma postura anti-China. Veja o caso do Brasil. É difícil imaginar que um governo possa simplesmente ignorar a relevância chinesa para o comércio exterior brasileiro e a forte presença de empresas chinesas na economia nacional.

As provocações existem e continuarão a existir. Em 7 de março passado, os EUA organizaram uma reunião com países latino-americanos identificados com o trumpismo. Mas mesmo esses países, como a Argentina, por exemplo, não poderão descartar a relação com a China. A China, por sua vez, manterá um discurso centrado em temas econômicos, em negócios, com o seu habitual pragmatismo.

//

Lidar com a China, seu crescimento e sua nova influência é um desafio global.

//

Uma diferença clara na relação entre os EUA e a China com a região reside no fato de que, no caso da China, as relações são largamente orquestradas pelas autoridades governamentais, que mobilizam empresas privadas e públicas e, em todos os sentidos, comandam a postura chinesa na agenda bilateral política e econômica. No caso dos EUA, as relações econômicas são de natureza essencialmente privada. O papel do governo é discutir temas políticos. Recentemente, no entanto, parece haver uma tentativa americana de desenvolver iniciativas econômicas estratégicas — no segmento das terras raras, por exemplo — e mobilizar recursos públicos, como os do EXIMBANK, para financiá-las. Trump e seu time parecem operar como se estivessem emulando práticas tipicamente chinesas.

Lidar com a China, seu crescimento e sua nova influência é um desafio global. Os EUA podem até tentar dar uma espécie de feição chinesa a aspectos de sua relação com a América Latina, mas é difícil esperar que isso ganhe dimensão. A China e os Estados Unidos têm estruturas políticas e econômicas diferentes e norteiam-se por valores diferenciados que, naturalmente, têm e terão impacto sobre sua atuação externa.



FILIPE FIGUEIREDO

Historiador pela Universidade de São Paulo (USP), colunista de política internacional do jornal O Estado de São Paulo e criador do podcast Xadrez Verbal.

Como a integração regional latino-americana se desenvolveu historicamente?

A integração latino-americana é falha por vários motivos. O primeiro deles é a heterogeneidade da região. Ao falar de América Latina estamos lidando, de um lado, com o Brasil — um gigante continental de língua portuguesa —, e de outro, com uma diversidade de países menores, muitos deles insulares, como Jamaica, Haiti ou Aruba, que foram posses britânicas, francesas, neerlandesas e até mesmo dinamarquesas. Ainda assim, a maior parte dessa região é composta pela América Hispânica, que compartilha a herança do Império Colonial Espanhol, como Argentina, Chile, Uruguai, Peru e México. No processo histórico, o Império Colonial Espanhol se desmembrou completamente. O que antes era a Grã-Colômbia, hoje é Venezuela, Colômbia, Equador e Panamá. Da mesma forma, a antiga Capitania-Geral da Guatemala hoje é Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica e Nicarágua.

Quando analisamos a história desses países, observamos muitas vezes conflitos fronteiriços devido à discordância sobre as fronteiras herdadas da Espanha. No Império Espanhol, o que existia eram divisas administrativas, e não limites pensados como fronteiras nacionais. Nesse

contexto, houve diversas guerras na região: entre Peru e Bolívia, do Chile contra Peru e Bolívia, entre Paraguai e Bolívia, da Tríplice Aliança envolvendo Brasil, Uruguai e Argentina, diversos conflitos internos colombianos, etc. Esse processo foi marcado por desconfianças mútuas desde o início.

Havia também uma desconfiança em relação ao Brasil. Nas primeiras décadas da sua história como país independente, o Brasil foi uma monarquia da mesma família dinástica portuguesa. Por isso, existia uma visão de que o Brasil não seria exatamente um país das Américas, mas um agente europeu “infiltrado”. Chegou-se a considerar, inclusive, que se a Espanha tentasse uma reconquista da região do Rio da Prata, isso poderia ocorrer por meio do território brasileiro, desconfianças que, obviamente, não se concretizaram.

Cerca de 130 anos após os processos de independência, é no período pós-Segunda Guerra Mundial que se intensifica pelo mundo a ideia de integração regional, tendo a Europa como grande exemplo. Esse processo começa a chegar às Américas na década de 1950, mas sofre um grande revés, quando, nas décadas seguintes, a maioria dos países latino-americanos passa a ser governada por ditaduras militares. Os militares daquele período costumavam enxergar o jogo das relações internacionais como um jogo de soma

zero, como se não existissem ganhos mútuos. A lógica era que o avanço de um país vizinho seria necessariamente uma perda para o outro. Não por acaso, durante esses períodos, o Brasil vivia em tensão com a Argentina; a Argentina quase entrou em guerra com o Chile; houve a Guerra das Malvinas; e o Chile também quase entrou em guerra com o Peru. Foi um período marcado por fortes tensões regionais.

A integração latino-americana só começa a ganhar uma força institucional, de fato, com a criação do Mercosul em 1991, após o fim da Guerra Fria. Antes disso, houve o Pacto Andino — posteriormente transformado na Aliança do Pacífico —, além de experiências como a criação da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Mais recentemente, a Unasul foi criada em um contexto de maior alinhamento à esquerda dos países da região, mas acabou basicamente dissolvida com a ascensão de governos mais à direita. Apesar dessas múltiplas iniciativas, a integração regional mais ampla ainda enfrenta muitos percalços. Hoje, internacionalmente falando, sem dúvida a integração de maior relevância da América Latina é o Mercosul.

Como o conceito de zonas de influência evoluiu até o século 21?

A questão das zonas de influência é muito antiga. Se voltarmos, por exemplo, para o período de expansão do Império Persa, há três mil anos, já podemos identificar uma noção de esferas de influência, baseada em territórios que eram diretamente dominados, mas cujos governos deviam satisfações a outro e que contavam com a proteção persa em troca de benefícios. Porém, quando tratamos de zonas de influência tal como conhecemos hoje, no século 21, o marco é o Congresso de Viena, em 1815, pós-Guerras Napoleônicas. Nesse período, a ideia de zonas de influência busca manter o chamado equilíbrio europeu. As potências — nomeadamente Reino Unido, França, Prússia, Rússia e Império Austríaco — passaram a agir em concerto, evitando o uso unilateral da força, para manter um equilíbrio de poder, inclusive por meio de mecanismos de compensação entre si.

Ao longo do século 19, portanto, se consagra a ideia de esferas de influência: “eu mando aqui, você manda ali, ambos nos beneficiamos e não entramos em guerra entre nós”. Esse arranjo vai levar à terceirização do conflito. Ou seja, os britânicos não entraram em guerra direta com os russos, mas ambos travaram guerras na Ásia Central — os britânicos invadiram o Afeganistão, os russos invadiram territórios que hoje correspondem ao Cazaquistão e ao Uzbequistão —, buscando expandir sua influência. As esferas de influência também estão ligadas ao início da Primeira Guerra Mundial (1914–1918). Embora o conflito tenha múltiplas causas, uma delas foi o choque entre impérios em busca de expansão de suas zonas de influência. Afinal, o território é um jogo de soma zero: ou o território é de um, ou é de outro.



Há exemplos claros, no século 21, de conflitos motivados pela manutenção ou busca de esferas de influência.



Depois da Primeira Guerra Mundial, observa-se a ascensão das ideias do liberalismo internacionalista, de que todos os países são juridicamente iguais. Isso leva à criação da Liga das Nações e, posteriormente, após a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), da ONU, uma organização concebida como um grande fórum para a resolução de problemas sem violência, com mecanismos de sanções e com o uso da força reservado à última instância, para responder ao próprio uso da força.

Esse sistema ONU funcionou subordinado a uma ordem internacional bipolar entre Estados Unidos e União Soviética, que era, na prática, uma divisão em esferas de influência. A Polônia fazia parte da esfera de influência da União Soviética. A França integrava a esfera de influência dos EUA, embora os franceses tenham buscado preservar sua autonomia. Mesmo durante esse

período, à medida que novos países se tornavam independentes, houve novamente a terceirização da guerra. Um exemplo é o caso de Angola, que após a sua independência, tornou-se palco de uma guerra civil entre grupos pró-União Soviética e outros pró-EUA.

O fim da Guerra Fria (1947–1991) levou ao retorno do liberalismo internacionalista, em um contexto de otimismo nas relações internacionais. Nesse período, observa-se a priorização da pauta ambiental, a criação do Tribunal Penal Internacional e a exploração espacial conjunta. As esferas de influência nunca foram abandonadas completamente, mas houve um pensamento otimista, talvez até ingênuo, de que poderiam ser superadas por uma ordem liberal, na qual todos os Estados seriam iguais.

Esse cenário ruiu no início do século 21, com o início da chamada Guerra ao Terror, que tem a particularidade de ser uma guerra infinita. Soma-se a isso a crise econômica de 2008 e a ascensão da China como potência global. Hoje, observa-se um cenário que remete ao século 19, com o retorno da ideia de esferas de influência.

Há exemplos claros, no século 21, de conflitos motivados pela manutenção ou busca de esferas de influência. No caso da Rússia, podemos citar a invasão da Geórgia, em 2008, a anexação da Crimeia em 2014 e, em 2022, a invasão completa da Ucrânia. Na visão russa, a percepção é de que uma aproximação desses países com a União Europeia ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) representa uma ameaça existencial.

Os EUA agem de forma semelhante em relação à América Latina, normalmente recorrendo a armas econômicas, como sanções e embargos, embora não se limitem a elas. Em episódios recentes, atacaram a Venezuela e sequestraram o seu presidente. Mesmo que o presidente venezuelano não tivesse legitimidade democrática, o direito internacional ainda deveria prevalecer.

A fragmentação regional enfraquece a capacidade da região de negociar com as grandes potências?

Sem dúvida. Não é uma exclusividade na nossa região o fato de que, na ausência de mecanismos apropriados de integração e de benefícios negociados coletivamente, torna-se mais fácil para uma potência externa mobilizar dois ou três países descontentes — por ideologia política ou questões econômicas —, e, a partir desses atores locais, sabotar o restante do processo.

Quando olhamos, por exemplo, para a União Europeia em anos recentes, vemos um caso ilustrativo. A Hungria, sob Viktor Orbán, não é alinhada aos interesses europeus, e utiliza o mecanismo de unanimidade da UE para bloquear decisões. Em muitos casos, a Hungria utiliza esse mecanismo para conseguir concessões para si — o que, em si, é uma tática legítima de negociação —, em nome de interesses que não coincidem com os da União Europeia. Isso ocorre apesar de a Hungria ser um dos países que mais recebe recursos do bloco e participar de um processo extremamente institucionalizado e solidificado como a União Europeia.

//

A aproximação entre uma potência e um país jamais seria incondicional.

//

Se isso acontece na União Europeia, imagine em fóruns como Celac, OEA ou mesmo arranjos menores, nos quais as potências podem buscar influenciar resultados por meio da promessa de investimentos. Esse tipo de dinâmica também pode ser observado no Conselho de Segurança da ONU, em que normalmente as posições dos países são utilizadas como ferramenta de barganha. Em uma região com dezenas de países,

como a América Latina e o Caribe, isso tende a acontecer e é um processo facilitado pela falta de institucionalização.

A aproximação entre uma potência e um país jamais seria incondicional. Não existe, na história, uma superpotência "boazinha". Pode-se argumentar que uma potência seja melhor ou pior em determinados contextos, mas nenhuma atua de forma exclusivamente positiva. Nenhuma potência vai admitir ou contribuir para a ascensão de um possível concorrente.

Diante disso, seria importante a existência de um mecanismo permanente na América Latina, ainda que mínimo, como uma instância de consultas. Historicamente, em momentos de crise na região, houve a formação de grupos de consulta. Desde a década de 1980, houve o Grupo de Contadora, seguido pelo Grupo de Apoio Contadora, depois o Grupo do Rio e o Grupo de Lima. Por que não avançar na criação de um mecanismo institucional consolidado? Essa era a ideia da Celac e da Unasul.



MARSÍLEA GOMBATA

Professora de Relações Internacionais na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP (NUPRI) e do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP).

Qual é a importância do Brasil no Cone Sul da América Latina? E em relação à crise da Venezuela?

Considero que o Brasil possui uma responsabilidade muito grande na região do Cone Sul, na América Latina. Somos o maior país, a maior economia. Discute-se frequentemente sobre a intenção do país em ser potência e liderança regional. No passado, houve debates sobre uma possível rivalidade entre Brasil e Venezuela na região. Por motivos históricos, geográficos, econômicos e políticos, entendo que o Brasil exerça um papel semelhante ao de um "irmão mais velho" de alguns países do Cone Sul, sendo uma referência para os demais.



Poderia ter acontecido uma tentativa mais clara de articulação conjunta da região, mas a América Latina, a América do Sul, está muito fragmentada.



Nesse contexto, avalio que a reação do Brasil à invasão da Venezuela pelos Estados Unidos, em 3 de janeiro de 2026 foi tardia. Embora o Brasil tenha se manifestado no mesmo dia, horas depois, entendo que deveria ter sido o primeiro país a se manifestar. Houve um intervalo considerável até a divulgação da primeira declaração do presidente Lula, já próximo ao horário do almoço, o que, a meu ver, caracteriza uma resposta lenta. Evidentemente, nenhum cálculo diplomático é simples: o governo brasileiro está se equilibrando entre uma recente conquista de boas relações com os EUA, especialmente em relação às tarifas impostas pelos estadunidenses à região, e manter a posição histórica do Brasil de condenar qualquer intervenção que não respeite a soberania, o direito internacional e o Estado democrático de direito.

Além disso, poderia ter acontecido uma tentativa mais clara de articulação conjunta da região, mas a América Latina, a América do Sul, está muito fragmentada. No Mercosul, por exemplo, há divisões que refletem um cenário mais amplo. Cada país está seguindo um caminho, e falta uma posição comum e organizações internacionais regionais que consigam organizá-la e vocalizá-la. Essa situação difere de momentos anteriores, como na crise constituinte da Bolívia em 2008, em que os países se reuniram no âmbito da Unasul para buscar uma posição

comum. Não sabemos se o Brasil buscou essa articulação no caso da Venezuela, mas não há hoje na região uma posição comum sobre o ocorrido. Há lideranças que apoiam a intervenção e outras que manifestam preocupação com os precedentes que ela pode estabelecer para um futuro próximo.

A democracia venezuelana atravessa um processo de erosão há quase três décadas, por questões do próprio chavismo e da oposição. Não podemos esquecer que houve um golpe contra Chávez em 2002, e depois várias investidas autoritárias contra a oposição. Apesar disso, a soberania da Venezuela e o direito de os venezuelanos escolherem quem deveria governar o país nunca ficaram tão em xeque. Evidentemente que, nas últimas eleições, houve problemas em relação a esse direito. Não se sabe quem de fato foi eleito no último pleito da Venezuela, e pela primeira vez na história esses números não foram divulgados. Ainda assim, entendo que isso não seja suficiente para justificar a invasão a um país.

O Brasil sempre insistiu na posição de respeitar a soberania dos países alheios, no princípio de não intervenção. Essa é a linhagem clássica do Itamaraty para a política externa brasileira. Porém, com o ambiente polarizador e de erosão democrática acelerada, não há espaço para se debater possíveis saídas intermediárias. O certo, segundo a mentalidade polarizante, seria invadir o país e tirar a liderança para dar outro destino ao mesmo. Ainda que o ocorrido na Venezuela tenha sido um pouco diferente das intervenções do passado, no Iraque ou na Líbia, por exemplo, tratou-se de uma ação bastante cirúrgica, justamente para evitar um desgaste maior. Contudo, isso abre um precedente muito ruim: o que garante que o mesmo não vá ocorrer em outros países da região, como já aconteceu em outros países do mundo?

De que forma a relação entre Estados Unidos e América Latina se materializou ao longo da história?

Em 1823, os EUA formularam a Doutrina Monroe, sintetizada na ideia de “América para os americanos”, como uma tentativa de conter a influência europeia na região. Esse princípio acabou se consolidando como um dos pilares da política externa americana para a América Latina.

A América Latina, portanto, sempre foi uma zona de influência dos EUA. No passado recente, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, houve ditaduras cívico-militares na região que contaram com apoio dos EUA, ainda que não de forma declarada. Esse apoio se deu, em muitos casos, no plano logístico, além da manifestação de preferência por determinados candidatos no período anterior a alguns golpes de Estado na região. No início dos anos 1990, há uma orientação geral da América Latina para políticas de cunho neoliberal e os EUA se aproximam com a tentativa de implementar diretrizes associadas a organismos como o Fundo Monetário Internacional, o que alguns autores denominam como Consenso de Washington.

Já no começo do século 21, observa-se na região o que ficou conhecido como “Onda Rosa”, quando diversos líderes autointitulados progressistas de esquerda e centro-esquerda chegaram ao poder e tentaram se distanciar tanto dos governos anteriores quanto da política externa de Washington para a América Latina. Esse movimento ocorreu em um contexto particularmente favorável. Nesse mesmo momento, ocorreu a ascensão da China na arena internacional e, conseqüentemente, o superciclo das commodities, o que impulsionou significativamente as economias da região, sobretudo da América do Sul, como Brasil, Argentina, Peru, Chile e Bolívia. É possível que a região não volte a experimentar, tão cedo, um impulso externo de magnitude semelhante ao gerado pela demanda chinesa por commodities no início do século 21.



A atualização da Doutrina Monroe pode ser interpretada como um esforço de conter a expansão da China na América do Sul.



Houve um pequeno intervalo, no início do século 21, em que o foco da política externa americana se deslocou da região. No contexto do pós-11 de Setembro, os EUA passaram a se concentrar no Iraque e no Afeganistão — o primeiro, em meio à controvérsia sobre a existência de armas de destruição em massa e o último em função da Al-Qaeda e de Bin Laden. Foram conflitos longos, custosos e muito controversos. Nesse momento, a América Latina deixou de ocupar uma posição central nas prioridades da política externa americana, ainda que historicamente tenha permanecido relevante.

Mais recentemente, no fim de 2025, há uma atualização da Doutrina Monroe, por meio de um corolário apresentado pelo presidente americano Donald Trump¹⁴. Os princípios permanecem os mesmos. A política externa americana, nesse sentido, não cria nada novo, mas operacionaliza os princípios já existentes de uma maneira um pouco mais agressiva. Essa atualização da Doutrina Monroe pode ser interpretada como um esforço de conter a expansão da China na América do Sul. Se a formulação original falava em continentes americanos livres, sua atualização afirma “América em primeiro lugar, pautada pela busca pela paz através da força”.

14. Para mais informações, ver discurso do presidente americano, Donald Trump, sobre a atualização da Doutrina Monroe: ESTADOS UNIDOS. America 250: Presidential message on the anniversary of the Monroe Doctrine. Washington, DC: The White House, 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/12/america-250-presidential-message-on-the-anniversary-of-the-monroe-doctrine/>. Acesso em: 5 abr. 2026.

Qual é a estratégia do Brasil diante da crescente disputa entre Estados Unidos e China na América Latina?

Em relação aos EUA, o atual governo do Brasil tem buscado uma posição intermediária, de não alinhamento total tanto com os EUA quanto com a China. Afinal, trata-se de dois parceiros dos quais o país não pode prescindir.

Os episódios recentes envolvendo tarifas americanas sobre os bens brasileiros mostraram como tensões com os EUA podem ser prejudiciais para a nossa economia. Ao mesmo tempo, a China ocupa hoje um papel central como parceiro comercial do Brasil, com demanda por produtos como minério de ferro, soja e carne. Observa-se, inclusive, a adaptação da produção brasileira às exigências do mercado chinês, como se observa nos padrões específicos na cadeia da carne bovina, com o chamado “Boi China”.

Em 2024, durante a presidência rotativa do G20, o Brasil sediou as reuniões do grupo e a cúpula de encerramento. Pouco depois, em novembro, o presidente chinês realizou uma visita de Estado a Brasília, marcada por alto grau de solenidade e pompa e pela assinatura de mais de 30 acordos bilaterais. A estratégia brasileira indicava a intenção de elevar o patamar da parceria, buscando não apenas manter o papel de exportador de commodities do Brasil, mas também inserir o país em cadeias de valor da China e aumentar a integração financeira entre os países.

O Brasil também está com a China no âmbito do BRICS, contudo, se recusou a aderir à Nova Rota da Seda. Essa decisão teve um simbolismo importante, sinalizando que há disposição de aprofundar nossa relação com a China, mas não tanto quanto Beijing gostaria. Do ponto de vista estratégico, trata-se também de evitar tensões desnecessárias com os EUA.

Na região como um todo, observa-se uma América do Sul dividida: de um lado, há países mais alinhados a Washington, que não questionam a política externa dos EUA para a região; de outro, países que se aproximam da China, inclusive por meio da adesão à Nova Rota da Seda, recebem



cada vez mais investimentos e também permitem o acesso da China aos seus recursos naturais. O Brasil adota uma posição intermediária e essa postura tende a se manter independente de mudanças de governo, ainda que com variações de intensidade. Mesmo em momentos de tensão, como no governo Bolsonaro, a relação com a China tem demonstrado resiliência, devido ao forte fluxo de exportações brasileiras para o país.

O que está em jogo para a democracia da região?

No contexto atual, observa-se a presença de duas potências com forte presença na América Latina, governadas por líderes com tendências autoritárias. China e EUA são conduzidos por líderes que não demonstram grande apreço por princípios democráticos, o que é problemático, já que esses países acabam servindo de referência para nações menores.

Os EUA historicamente funcionaram como exemplo para diversos países da região, inclusive em relação à sua democracia e estabilidade democrática, ainda que, mais recentemente, tenham se revelado fragilidades mais profundas e estruturais. A China também acaba sendo um “farol” pela sua dimensão continental. Por exemplo, uma vez, lendo artigos na imprensa peruana, vi que os analistas aguardavam os desdobramentos de acontecimentos nos EUA e no Brasil para, a partir disso, interpretar e projetar o cenário político do próprio Peru. Esse tipo de dinâmica ilustra como acontecimentos nos países maiores repercutem diretamente nos menores.

Hoje, a política externa americana funciona à base de ameaça, pressão e medo. Não há uma tentativa de convencimento e um elemento mais persuasivo que caracterizaria o soft power. Esse tipo de política externa para a região tende a produzir efeitos danosos para a democracia, que é um regime que implica em deliberação, posições, opiniões concorrentes para haver debate e se chegar a um consenso. Esse tipo de política externa vai em uma direção oposta, dentro de uma estratégia de pressão e retaliação.

Com isso, abre-se a possibilidade dos países da América do Sul tomarem os EUA como exemplo, pensando: “Se os EUA têm esse estilo

de negociar, por que eu não posso ter?”. E isso é muito danoso para a democracia de maneira geral, porque mostra que o apreço pela soberania, o respeito ao outro, sua cultura e ao seu jeito de fazer política, assim como a tentativa de se chegar a uma posição win-win e de utilizar uma boa estratégia de convencimento, não existem mais. Isso acaba sendo prejudicial não apenas para a soberania dos países, mas também para a democracia da região.



FELICIANO DE SÁ GUIMARÃES

Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Ciência Política pela USP.

Qual é a importância do Mercosul para a integração regional? Qual é o seu momento atual?

O Mercosul é, de longe, o mais importante mecanismo de integração regional da América Latina, em geral, e da América do Sul, em particular. Ele é baseado na relação entre Brasil e Argentina, que é o termômetro da integração regional. E o Mercosul é resiliente porque resolveu dois problemas fundamentais, que continuam sendo resolvidos pelo próprio bloco: o fim da competição geopolítica entre o Brasil e a Argentina e a percepção de complementaridade econômica. A rivalidade geopolítica histórica entre Argentina e Brasil foi resolvida nas atas de Iguazú e depois no Tratado de Assunção, que criou o Mercosul. A rivalidade dos anos 1970 e 1980 não apenas não existe mais, como foi substituída pela percepção de que tanto a economia brasileira como a economia argentina ganham por estar conectadas no mesmo organismo.

Ao longo do tempo, o Mercosul sofreu várias crises. É uma organização intergovernamental e, portanto, está sujeita às ondas de esquerda e direita na América do Sul. Quando os governos do Brasil e da Argentina eram ideologicamente

similares, o Mercosul avançou com mais velocidade. Quando havia governos ideologicamente diferentes, no Brasil e na Argentina principalmente, o Mercosul diminuiu a velocidade. No entanto, o organismo continua vivo. Acabamos de firmar o acordo Mercosul e União Europeia, além de um acordo comercial com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), que reúne países europeus que não integram a União Europeia. Também avançamos em um acordo com Singapura, estamos conversando com outros países asiáticos e negociando com o Canadá. Assim, o Mercosul, a despeito de todas essas mudanças de humor entre esquerda e direita e das crises do regionalismo, continua operando. No entanto, há riscos para o bloco, especialmente diante do atual governo argentino sob Javier Milei.

No debate sobre a política externa argentina, há um artigo muito interessante que observa uma peculiaridade na relação entre Argentina e Brasil¹⁵. Na literatura de relações internacionais, toda vez que um país cresce significativamente em poder, o país vizinho possui duas alternativas: rivalizar com o poder que cresceu muito, porque seu vizinho ficou muito poderoso do

15. SCHENONI, Luis Leandro. The Argentina-Brazil regional power transition. *Foreign Policy Analysis*, v. 14, n. 4, p. 469-489, out. 2018.

ponto de vista econômico, político, e, portanto, ele precisa se aliar com outros países para equilibrar esse poder excessivo; ou se aliar a esse país. Na maioria dos casos, os países rivalizam com a potência regional — em inglês isso se chama balancing.

//

A mudança de percepção da Argentina do governo Milei ameaça a estabilidade do Mercosul.

//

Essa era a expectativa em relação à Argentina diante da ascensão do Brasil. No entanto, esse movimento não ocorreu. O estudo investiga como, perante a elite política argentina, houve uma mudança de percepção nos anos 1990 e 2000, de que o futuro da Argentina passaria por uma aliança com o Brasil. Em vez de balancing, a Argentina optou pelo chamado bandwagoning — isto é, seguir o líder.

Essa percepção de que o crescimento do Brasil poderia ser benéfico para a Argentina constitui uma das bases do Mercosul. No entanto, há indícios de que o atual governo argentino pensa um pouco diferente, de que a Argentina precisa rivalizar com o Brasil. O presidente atual, Javier Milei, tem afirmado que o Mercosul só serviu para a indústria brasileira, não para a indústria argentina. Entretanto, embora ameace sair, o presidente argentino não ataca totalmente o Mercosul, porque a Argentina precisa do Mercosul. Como Milei tem uma orientação liberal, ele precisa de novos acordos comerciais para abrir a economia argentina e, portanto, os novos acordos que o Mercosul vem firmando são importantes para o país. Dessa forma, embora a atual liderança argentina possa enxergar o Brasil mais como rival estratégico do que como parceiro, isso não significa que o país se tornará seu rival, porque podem faltar condições materiais para tanto. Porém, é fato que a mudança de percepção da Argentina do governo Milei ameaça a estabilidade do Mercosul.

O Brasil é ou deseja ser uma potência regional? O que isso significa?

Na história da política exterior do Brasil, o termo “líder regional” sempre foi rejeitado. A liderança não é algo que se declara, mas algo que é reconhecido pelos demais. Além disso, toda liderança implica em responsabilidades e críticas. Por essa razão, o discurso diplomático oficial não reivindica esse papel. O Brasil vive um impasse recorrente. Quando não atua ativamente em crises políticas e econômicas nos países vizinhos, é criticado pela ausência. Por outro lado, se age muito, o país é criticado pelo subimperialismo, por ser muito duro com os países da região.

Para ser um líder regional, dois aspectos são necessários. O primeiro é a capacidade normativa, ou seja, a capacidade de estabelecer as regras, por exemplo, nas questões políticas ou de integração econômica, às quais os outros aderem. Essa adesão ocorre quando os parceiros percebem benefícios em seguir essas regras, como ocorreu com a Argentina em relação ao Brasil nos anos 1990. O segundo aspecto é a capacidade econômica. Uma liderança precisa gerar ganhos coletivos para a região, caso contrário, os países não aderem ao seu projeto. Uma das grandes forças da União Europeia (UE), por exemplo, são os ganhos coletivos para todos os novos membros gerados pela aliança entre França e Alemanha. O caso de Portugal é ilustrativo: antes da União Europeia, era um país pobre e, depois de se juntar à UE, tornou-se um país rico. A União Europeia fez com que os ganhos coletivos gerassem uma sensação de comunidade entre todos.

Isso ocorre também em todos os projetos regionais dos quais o Brasil participa. As crises políticas e econômicas no Brasil, com a crise econômica e o impeachment da presidente Dilma Rousseff, fizeram o Brasil retrair na região. O Brasil já não tinha grande capacidade de entregar bens coletivos porque é um país em desenvolvimento. Adiciona-se isso as crises econômicas e política que vivemos, o resultado foi uma perda dessa capacidade de aglutinar que já não era grande. Sem ganhos coletivos, as instituições regionais como o Mercosul entram em crise ou em paralisia, porque não conseguem entregar resultados uma vez que o país mais poderoso da região não tem essa capacidade.

Nunca assumimos uma liderança regional também por questões domésticas. Em um estudo de opinião pública e política externa que conduzi na USP¹⁶, perguntamos aos brasileiros, argentinos e mexicanos o que eles achavam da liderança regional de seus respectivos países. Os resultados mostraram que os argentinos e mexicanos apoiam a sua própria liderança regional, mas os brasileiros não. Há, portanto, uma ambiguidade em relação à nossa liderança na região.

Em outro survey, perguntamos aos entrevistados se eles se sentem latino-americanos. Dos países hispânicos, os que se sentem latino-americanos são os bolivianos, 80%. Entre argentinos e mexicanos, essa identificação é acima de 90%. Apenas 8% dos brasileiros, no entanto, se sentem latino-americanos. Portanto, a identidade da América Latina não é tão comum entre nós como imaginamos.

Esses dados revelam as nossas ambiguidades enquanto brasileiros. Somos um país culturalmente e economicamente autossuficiente. É como se vivêssemos em uma ilha. Além disso, do ponto de vista geográfico, há um agravante: os principais centros econômicos da América do Sul estão distantes entre si, o que dificulta a integração. 80% da população brasileira está na costa do Atlântico. Durante a crise de abastecimento no Brasil, aqui em São Paulo, pensei em ir até o país mais próximo para conseguir gasolina, mas a Bolívia fica a 2.500 quilômetros de São Paulo. Isso ilustra a nossa distância dos nossos vizinhos. Embora Argentina, Chile e Uruguai sejam geograficamente mais próximos, a cordilheira dos Andes os separa. Portanto, a conexão entre os países é muito dificultada e encarecida pela geografia.

Além disso, no plano econômico, as exportações dos países do Cone Sul da América Latina são voltadas para os grandes mercados internacionais e competem entre si. O Brasil é um grande exportador de soja, assim como a Argentina, o Chile é um grande exportador de cobre. Então, a competição reduz os incentivos de integração das nossas cadeias econômicas. Todos esses aspectos combinados dificultam a integração regional e a liderança regional brasileira.

16. GUIMARÃES, Feliciano de Sá; FERNANDES, Ivan Filipe; MALDONADO, Gerardo. Domestic attitudes toward regional leadership: a survey experiment in Brazil. Foreign Policy Analysis, v. 16, n. 1, p. 98–117, jan. 2020.

A América Latina voltou a ganhar centralidade estratégica para os Estados Unidos? Por que?

A América Latina voltou a ganhar a centralidade estratégica nos Estados Unidos por duas razões: uma de ordem doméstica e outra de ordem geopolítica — sendo a doméstica a mais relevante no momento.

No plano doméstico, dois temas são centrais: imigração e combate às drogas. A pauta eleitoral do presidente americano Donald Trump é muito baseada nesses dois eixos. A questão migratória é uma luta contra os imigrantes de toda a América Latina. Obviamente, o Brasil é menos importante do que o México e outros países da América Central, mas não deixa de ser relevante. Já o combate às drogas ganha peso diante da crise dos opiáceos nos EUA, marcada por um número elevado de overdoses, que tem levado o governo americano a tentar combater esse problema, inclusive com o uso das Forças Armadas.

//

O presidente Fernando Henrique Cardoso dizia que o melhor para o Brasil, em relação aos EUA, era “voar abaixo do radar americano”. Hoje, isso não é mais possível.

//

Nesse contexto, não é por acaso que Marco Rubio ocupa simultaneamente o cargo de secretário de Estado e assessor de segurança estratégica dos EUA. Trata-se de um senador da Flórida, filho de cubanos, com uma trajetória nas questões da América Latina, portanto, a região faz parte da estratégia geral dos EUA no cenário internacional. A própria Estratégia Nacional de Defesa menciona a América Latina ao tratar de esferas de influência.

O presidente Fernando Henrique Cardoso dizia que o melhor para o Brasil, em relação aos EUA, era “voar abaixo do radar americano”. Hoje, isso não é mais possível. A região passou a ocupar um lugar central no debate político interno dos EUA, e temas como imigração e drogas irão permanecer, independentemente de mudanças de governo.

Em relação ao aspecto geopolítico, o principal fator é a presença da China na América Latina. Os EUA vêm observando a participação econômica cada vez maior da China na região. A combinação desses dois fatores reforça a centralidade da América Latina para a política externa americana. Diante desse cenário, o Brasil precisa entender melhor a dinâmica política dentro dos EUA e ampliar sua participação na sociedade americana. O México sempre fez isso, e o Brasil precisará fazer cada vez mais, porque os EUA vão olhar com muito mais importância para todos nós, e o Brasil é um dos principais países nesse cenário.

Ao mesmo tempo, os EUA devem fazer cada vez mais uso seletivo de instrumentos de pressão. No caso do Brasil, o calendário eleitoral de 2026 coincide com as eleições de meio de mandato nos EUA e a atenção americana estará voltada ao âmbito doméstico. Ainda assim, no início do governo Trump, havia a intenção de mudar o governo brasileiro para um governo mais palatável e menos próximo da China. O Brasil, por sua vez, conseguiu mudar a percepção do governo Trump em relação ao governo Lula. Trata-se de um movimento tático do Brasil para tentar conter uma estratégia de longo prazo de pressão por parte dos EUA.

O mundo de hoje é multipolar? Como o Brasil tem se posicionado diante da nova conjuntura geopolítica?

O mundo atual não é o mesmo da Guerra Fria porque não há apenas duas grandes potências. Há uma discussão acadêmica sobre se o mundo é bipolar ou multipolar. O momento de unipolaridade, em que os EUA eram a potência dominante, sem contestação, se encerrou. A partir de 2008, a China se apresentou como a grande potência capaz de rivalizar com os EUA

em todos os parâmetros de poder, ao contrário da União Soviética. No entanto, no sistema internacional, hoje há várias outras potências.

Na teoria de relações internacionais, em geral, quanto maior o número de polos, maior o número de guerras, porque existem mais pares de rivalidade. Por incrível que pareça, o momento bipolar é o mais estável, porque há duas grandes potências que se equalizam em poder e estabilizam o sistema. Tudo indica que vivemos um momento de multipolaridade desequilibrada, em que os países não sabem exatamente o poder geopolítico e militar dos seus rivais e o número de pares é alto. Essa é uma das razões pelas quais hoje observamos um incremento impressionante de gastos militares. Isso não se deve apenas à guerra entre Rússia e Ucrânia.

No caso do Brasil, por exemplo, o orçamento militar de 2026 já aumentou em R\$ 9 bilhões. As Forças Armadas brasileiras conseguiram retirar aproximadamente R\$ 30 bilhões dos próximos 10 anos de investimento em equipamento fora da meta do superávit primário. Além disso, em reunião recente com o presidente Lula, os comandantes das três Forças apresentaram uma estimativa de R\$ 800 bilhões em investimentos em equipamentos militares ao longo da próxima década. Esse movimento está associado a um aumento do sentimento de insegurança no Brasil, gerado pelo ataque americano à Venezuela.

É natural que as Forças Armadas brasileiras — mesmo com a histórica cooperação com os EUA — passem a rever essa dependência. Muitos militares brasileiros são formados nos EUA, e boa parte do nosso equipamento militar é de origem americana. No entanto, isso passou a ser percebido como um risco. Diante disso, surge a necessidade de diversificar as fontes de equipamentos militares, reduzindo a dependência. Não por acaso, a Europa tem se tornado o principal parceiro militar brasileiro. Os EUA podem usar nossa dependência no campo militar como instrumento de barganha e isso é um perigo. Por isso, o Brasil busca aumentar a nossa capacidade de dissuasão, por meio do aumento dos investimentos em defesa e com vários parceiros e não apenas os EUA.

Esse movimento, no entanto, gera efeitos colaterais para o regionalismo. À medida que o Brasil amplia seus gastos militares, outros países

da região podem passar a percebê-lo como uma ameaça potencial. Países que hoje não veem o Brasil dessa forma — como o Peru — podem se sentir pressionados a responder, elevando também seus investimentos em defesa. O desequilíbrio é o gatilho da corrida armamentista. Em países em desenvolvimento, esse processo é uma tragédia, pois implica deslocar recursos de áreas sociais para a defesa, que não retornam para a sociedade.





MARIA ELENA RODRIGUEZ

Professora do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio e diretora adjunta do Brics Policy Center. Doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ, com mestrado em Estudos Internacionais e de Desenvolvimento pelo Graduate Institute (Suíça).

De que maneira os ciclos eleitorais impactam as relações dos países latino-americanos com a China?

A China é frequentemente mobilizada ideologicamente, especialmente nos processos eleitorais. É frequentemente demonizada por ser um país comunista ou por ser associada a valores que não são muito admirados pela democracia liberal. No Brasil, por exemplo, há acusações de que a China quer comprar o país, se apoderar, e de que a relação bilateral representaria uma ameaça à soberania brasileira. Observa-se o mesmo tipo de discurso em outros países, sobretudo explorados por setores mais conservadores.

Entretanto, na prática, a economia fala mais alto. Esse discurso não gera mudanças significativas nas relações comerciais e de investimento. Em todos os países com governos ideologicamente não alinhados à China, sem distinção, os negócios continuam sendo realizados com a China.

Chama a atenção o caso da Argentina. Embora o governo de Javier Milei tenha uma visão fortemente pró-Estados Unidos e enfatize essa proximidade, os investimentos da China na Argentina são enormes. Inclusive, a China

recentemente liberou o financiamento de uma grande hidrelétrica do período dos governos Kirchner que estava suspensa. Os argentinos estavam neste dilema de fazer ou não a obra com a China, mas ela será, por fim, executada pelos chineses.

Ou seja, mesmo que governos nacionais tenham críticas político-ideológicas contra a China, ela ainda se apresenta como maior parceiro comercial de quase todos os países.

Da parte da China, não se observa tanta mudança em relação aos ciclos eleitorais da região, pois o país assume uma postura pragmática. Ainda assim, quando há mais afinidade política, há uma maior aproximação, por meio de convênios e Memorandos de Entendimento, por exemplo. Em termos econômicos, contudo, não há grande mudança. Pode haver uma pausa em determinados investimentos, mas, em termos comerciais, as relações se mantêm relativamente iguais.

Até o momento, a China não parece interferir nos processos eleitorais dos países latino-americanos — ao menos não abertamente ou de forma observável. Diferentemente do posicionamento dos EUA, que têm atuado diretamente para influenciar o alinhamento da região — sobretudo nos últimos anos. O ano de

2026 é significativo, pois acontecem eleições no Brasil e na Colômbia. Nesse momento, a maioria dos governos latino-americanos apresenta uma orientação mais à direita. Caso haja mudança de governo nesses dois países, a região ficará unificada à direita, possivelmente mais próxima dos EUA. Embora as relações econômicas com a China tendam a permanecer, o possível não alinhamento ideológico da região pode mudar lentamente as relações com o país asiático.

A relação dos países da América Latina com a China cria novas formas de dependência ou amplia a autonomia estratégica da região?

Trata-se de uma relação ambígua. Dependendo do ponto de vista, pode-se afirmar ambas as coisas. O exemplo da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Brasil, é uma boa ilustração. Há uma linha de distribuição de energia de 5 mil quilômetros, de Belo Monte (PA) até a região Sudeste, feita com tecnologia chinesa. Se houver algum problema, apenas os chineses conhecem essa tecnologia. O Brasil não negociou uma transferência de conhecimento. Desse ponto de vista, somos dependentes, porque os únicos que seguramente saberão o que acontece com essa linha de distribuição são os chineses. Esse é apenas um exemplo entre muitos.

No final dos anos 2000, houve uma euforia com a chegada dos investimentos chineses na região, o que levou à realização de grandes obras. Esse processo, entretanto, ocorreu sem um pensamento estratégico sobre o futuro. Creio que o Brasil não tenha negociado bem os termos dos contratos no que diz respeito aos investimentos — ainda falta um posicionamento mais firme a respeito do que demandar da China e sob que condições. Hoje, a transferência de tecnologia começa a ser um ponto na agenda de negociação, mas ainda enfrenta dificuldades.

No que diz respeito à questão comercial, observo também uma dependência da China. Embora alguns analistas apontem que seria uma relação de interdependência, as economias latino-americanas se remodelaram a partir da

demanda chinesa. A expansão da soja em quase todos os estados brasileiros, especialmente no norte, partiu desta demanda. Existem cotas de exportação, mas como elas foram se ampliando, os países foram adaptando suas produções em resposta à demanda chinesa, que oferece comprar toda a produção de soja dos países. É natural, portanto, que os países tenham começado a plantar mais soja.



Se a China não comprasse quase 80% da produção brasileira, para onde essa produção seria vendida?



Por exemplo, a Argentina hoje é um grande exportador de soja, e não o era dez anos atrás. A Argentina tinha vocação para exportação de trigo, mas hoje a soja está ganhando uma relevância enorme na sua economia, como ocorreu aqui no Brasil — onde a produção de soja triplicou ao longo das últimas décadas. Houve um processo de substituição de plantações de outras espécies por soja, de reconfiguração das economias nacionais a partir da demanda chinesa. Consequentemente, nosso comércio tornou-se dependente dessa demanda.

Aqueles que defendem que se trataria de uma relação de interdependência afirmam que a China depende desses insumos. Entretanto, há muitos países que podem suprir a sua demanda por soja — Argentina, Paraguai e mesmo os EUA produzem soja para vender para os chineses. Se a China não comprasse quase 80% da produção brasileira, para onde essa produção seria vendida? Afinal, não são muitos os países no mundo que consomem tanta soja como a China.

Nesse processo de reconfiguração geopolítica, surgem preocupações com alternativas, mas somente a longo prazo. O Brasil e todos os países latino-americanos estão em um processo complexo. Creio que o Brasil esteja repensando sua posição ao trazer a ideia de uma nova



reindustrialização, uma reindustrialização verde. O país demorou 10 a 15 anos para configurar o seu comércio ao redor do plantio da soja. Migrar para outro nicho econômico de produtos irá demorar. Não vejo esse planejamento de forma tão clara nos outros países. Observa-se que todos estão à procura de novos sócios comerciais, mas é um processo de reconfiguração econômica só seria possível a longo prazo.

A região é obrigada a escolher entre Estados Unidos e China? Que pressões ou salvaguardas existem nesse sentido?

Vou dar um exemplo: Os EUA têm um papel fundamental no canal do Panamá e tiveram uma influência nas eleições do país. Em seguida, vieram cancelamentos de concessão de vários espaços do canal para chineses, e de contratos de mais de 10 anos com empresas de Hong Kong. Obviamente, o canal do Panamá é bem estratégico para a região. Houve pressão dos EUA? Não é possível afirmar categoricamente. Alternativamente, a situação pode ser interpretada como uma atitude do Panamá para sinalizar publicamente um alinhamento com os EUA e que, na disputa entre China e EUA, o Panamá teria optado pelo parceiro geograficamente mais próximo. Pode ser que ambas as coisas tenham ocorrido.

No Equador, de forma semelhante, houve o cancelamento de contratos de longo prazo com a China. A China é a maior processadora de terras raras e minerais críticos do mundo. Por isso, a maioria dos contratos de exploração de minério é de longo prazo: empresas latino-americanas chegaram a se comprometer a vender exclusivamente para a China durante dez anos. Isso acontecia porque a China processava e comprava esses recursos, muitas vezes sem concorrência relevante. Agora, porém, a concorrência está aumentando e esses compromissos de longo prazo estão sendo revistos. A mudança nos contratos, portanto, pode ser motivada por questões puramente econômicas, por afinidade ou para sinalizar alinhamento.

Paralelamente, os EUA têm feito um esforço significativo, no setor de minerais críticos e terras

raras, para consolidar o mercado e direcionar a produção para si. No início de 2026, houve uma grande reunião ministerial nos EUA sobre terras raras, para a qual foram convidados diversos países, dentre os quais países latino-americanos como Argentina, Brasil, Equador, Paraguai, Peru e México. Discutiu-se principalmente a criação de um fundo de terras raras e minerais críticos para direcionar a cadeia de produção para os EUA. Ou seja, é uma forma de cercar os países com melhores ofertas, contratos bilaterais, promessas de transferência de tecnologia e investimentos na extração desses materiais. Dessa forma, os EUA buscam influenciar os países a mudarem as estratégias que vinham construindo nesse setor.

Isso não ocorre somente com minerais críticos. Outro exemplo é o porto de Chancay, no Peru, o grande investimento da China na região, de cerca de U\$ 3 bilhões. Em janeiro de 2026, os EUA fizeram um grande aporte para o Porto Callao, um pouco mais ao norte do país, próximo a Lima — que também é uma base naval. Evidentemente, os EUA ficaram incomodados com o porto de Chancay e, em resposta, investiram U\$ 1,5 bilhões no porto de Callao. Esse aporte pode ser um investimento militar, já que o porto também é uma base naval, mas também é um investimento para fortalecê-lo como porto de exportação. São elementos sutis, mas que podem mostrar como os EUA estão buscando contornar a presença da China por todos os meios.



O Brasil tem se mostrado muito corajoso em suas posições, defendendo o multilateralismo e a autonomia.



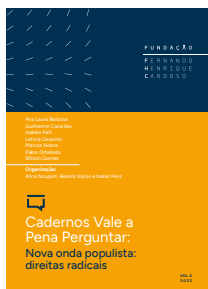
Enfim, essa disputa entre EUA e China na América Latina, que antes era vista de forma mais difusa, começa a ter ações concretas. Hoje, há uma estratégia deliberada dos EUA que passa pelo plano ideológico — interferência nos processos eleitorais para conquistar um

alinhamento ideológico na região —, mas também pelo plano econômico. Os EUA se deram conta de que, durante muito tempo, não tiveram um investimento muito claro na América Latina, incluindo investimento em setores em disputa especialmente com a China — minerais críticos, terras raras, portos, etc. Há muitos países na região que já estão alinhados ideologicamente com os EUA. A tendência é que esse alinhamento se aprofunde. Os Estados Unidos estão se esforçando para isso, nos processos eleitorais em Honduras e no Panamá, por exemplo. A lógica estadunidense é de que ter mais países na região alinhados a eles diminui a capacidade de uma voz discordante. O espaço para quem está em outro campo ideológico vai diminuindo — mas ainda existe.

Estamos vivendo um processo de reorganização das relações globais que abre uma porta para repensar quem somos e o nosso papel. Talvez surjam algumas novas alianças e possibilidades a partir desse terremoto. Para buscar um posicionamento que saia dessa lógica de alinhamento, é preciso ter coerência, mas também a capacidade de sustentar essa possibilidade. O Brasil tem se mostrado muito corajoso em suas posições, defendendo o multilateralismo e a autonomia. Isso não é fácil, porque os EUA são um parceiro muito importante para a região e para o Brasil. Essa importância não se limita ao comércio, mas se estende aos investimentos — os EUA são o maior investidor no Brasil. Portanto, não podemos desprezá-los. O Brasil está buscando diversificar seus parceiros para ampliar o poder de barganha com as duas grandes potências. Então essa possibilidade de não-alinhamento ainda existe, mas torna-se progressivamente mais difícil.



Vale a Pena Perguntar: O futuro depende de boas perguntas Conheça os últimos volumes dos Cadernos:



Nova onda populista: direitas radicais (2025)

Ana Laura Barbosa (ESPM), Isabela Kalil (Observatório da Extrema Direita), Guilherme Casarões (Florida International University), Leticia Cesarino (UFSC), Marcos Nobre (Unicamp), Wilson Gomes (UFBA) e Pablo Ortellado (EACH-USP) ajudam a compreender como a extrema direita atua — nas instituições, nas ruas e redes, na cultura — e que riscos representa.



BRICS e a nova ordem global multipolar (2025)

Ana Garcia (BRICS Policy Center), Guilherme Casarões (Florida International University), Fernanda Magnotta (FAAP), Larissa Basso (IEA-USP), Marianna Albuquerque (IRID-UFRJ) e Pedro Dallari (IRI-USP) falam sobre os caminhos e os dilemas da presença brasileira no BRICS diante da crescente rivalidade entre Estados Unidos e China.



Inteligência Artificial e Meio Ambiente (2025)

Dora Kaufman (PUC-SP), Glauco Arbix (USP), Patrícia Iglecias (USP) e Roberto Waack (Instituto Arapyaú) respondem a questões sobre o impacto ambiental da inteligência artificial, as possibilidades para combater a mudança climática por meio dessa tecnologia e os caminhos para construir uma regulação ambiental adaptável para a IA.



Sistema Político Brasileiro e Qualidade da Democracia (2024)

Andréa Freitas (Unicamp), Beatriz Rey (Universidade de Lisboa), Bruno Carazza (Fundação Dom Cabral), Cláudio Couto (FGV), Lara Mesquita (FGV) e Luiz Augusto Campos (UERJ) refletem sobre as mudanças no equilíbrio entre os poderes ao longo da última década, os impactos das últimas reformas políticas e como o sistema político brasileiro poderia ser aperfeiçoado.



Meio Ambiente e Desenvolvimento (2024)

Suely Araújo (Observatório do Clima), Rachel Biderman (Conservation International), Camila Dias de Sá (Insper Agro Global), Eduardo Viola (USP) e Arilson Favareto (Cebrap) dissertam sobre a urgência de se repensar os modelos de desenvolvimento no Brasil diante do desafio climático global.



F U N D A Ç Ã O

F E R N A N D O
H E N R I Q U E
C A R D O S O